



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Informações gerais da avaliação:

Protocolo: 20077240

Código MEC: 161893

Código da Avaliação: 82630

Ato Regulatório: Reconhecimento de Curso

Categoria Módulo: Curso

Status: Finalizada

Instrumento: 142-Instrumento de Avaliação para Fins de Reconhecimento de Cursos Superiores de Tecnologia

Tipo de Avaliação: Avaliação de Regulação

Nome/Sigla da IES:

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO - IFSP

Endereço da IES:

34128 - Unidade SEDE - Rua Pedro Vicente, 625 Canindé. São Paulo - SP.
CEP:01109-010

Curso(s) / Habilitação(ões) sendo avaliado(s):

ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Informações da comissão:

Nº de Avaliadores: 2

Data de Formação: 20/11/2010 15:29:33

Período de Visita: 12/12/2010 a 15/12/2010

Situação: Visita Concluída

Avaliadores "ad-hoc":

719.814.706-20 (Marco Antônio Pereira Araújo)

Avaliadores "ad-hoc":

885.277.199-91 (Fabrício Ricardo Lazilha) -> coordenador(a) da comissão

CONTEXTUALIZAÇÃO**Instituição:**

O Decreto Presidencial n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, institucionalizou o ensino profissional no Brasil. Em 1910 surgiu a Escola de Aprendizes e Artífices de São Paulo, à semelhança das criadas em outras capitais de Estados. Destinava-se inicialmente às camadas mais desfavorecidas, aos “deserdados da fortuna e menores marginalizados”, ministrando ensino elementar. Em 1937 passou a denominar-se Liceu Industrial de São Paulo, oferecendo ensino equivalente ao de primeiro ciclo.

Em 1942 foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Industrial. A nova orientação visava à preparação profissional dos trabalhadores da indústria, dos transportes, das comunicações e da pesca.

O ensino industrial passou a ser composto por dois ciclos. No primeiro incluía-se o industrial básico, o artesanal e a aprendizagem. No segundo, o de mestría, o técnico e o pedagógico. O curso de mestría visava à preparação do aluno diretamente para a indústria nos cargos de mestres; o de técnico visava à formação de profissionais para os cargos de supervisão; e o pedagógico, à formação de docentes para o próprio ensino industrial.

Com essa nova forma, instituíam-se a Rede Federal de Estabelecimentos do Ensino Industrial, denominados Escolas Técnicas e o Liceu passou a denominar-se ESCOLA TÉCNICA DE SÃO PAULO. Nesse mesmo ano, instalam-se os cursos de nível técnico de Mecânica e Edificações.

Em 1959, a lei n.º 3.552 reformou o ensino industrial no país. A nova legislação acabou com vários ramos de ensino técnico existentes até então, unificando-os. Por força desta lei, a Escola passou a denominar-se ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SÃO PAULO.

Em 1971, o acordo Internacional entre o Governo Brasileiro e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento preconiza a criação de 6 Centros de Engenharia de Operação, entre eles o de São Paulo. Com esse objetivo, foram iniciadas as obras da nova escola a ser instalada no bairro do Canindé, próxima ao local onde seriam construídos uma estação de METRÔ e o terminal rodoviário. A não autorização da instalação do referido Centro propiciou a passagem do patrimônio oriundo do acordo MEC/BIRD para a Escola Técnica Federal de São Paulo.

Em 1976, procedeu-se à mudança para a nova sede e, em 1978, criaram-se os cursos de Eletrônica, Telecomunicações e Processamento de Dados.

Em 1981, instalam-se os cursos complementares de Mecânica, Eletrotécnica e Edificações, destinados à clientela, em grande parte, integrada ao mercado de trabalho, mas que necessitava de uma formalização profissional por meio de disciplinas de nível Técnico de 2º grau. Esses cursos técnicos têm a duração de dois anos, prevendo um estágio obrigatório.

Instituição:

Em 1987, foi autorizado o funcionamento da Unidade Descentralizada de Cubatão (UNED), por meio da Portaria Ministerial 158, de 12 de março de 1987, instalada em prédio provisório cedido pela Prefeitura Municipal. Essa Unidade oferece atualmente os cursos de Eletrônica, Processamento de Dados e Informática Industrial.

A Unidade Sertãozinho, situada na cidade de Sertãozinho, foi inaugurada em 1996, com o objetivo de atender as comunidades próximas à região de Ribeirão Preto. Seu funcionamento é baseado em convênio celebrado entre o Ministério da Educação, a Prefeitura Municipal de Sertãozinho e o CEFET São Paulo.

Nos últimos anos a Instituição vem passando por um processo de ampliação nas suas instalações procurando, assim, atender às crescentes necessidades da população interessada. A partir de Decreto de 18 de janeiro de 1999, transformou-se de Escola Técnica em CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO PAULO, atual CEFETSP.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO PAULO é uma instituição de educação orientada pelos princípios estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996.

Curso:

O curso iniciou sua oferta no segundo semestre de 2004, intitulado como Curso Superior de Tecnologia em Sistemas de Informação. Em 26 de setembro de 2006, através da resolução de número 123/06 do Conselho Diretor da IES, obedecendo às diretrizes dos catálogos do MEC para os cursos superiores, o curso foi denominado de Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, com respectiva adequação de carga horária.

O curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas está situado no endereço Rua Dr. Pedro Vicente, 625, bairro Canindé, na cidade de São Paulo/SP.

Com 80 vagas anuais previstas no ato da criação e atualmente com cerca de 300 estudantes regularmente matriculados, distribuídos em até 6 semestres com duração mínima de 3 anos.

As disciplinas são oferecidas em módulos teóricos presenciais de até 40 estudantes e de aulas práticas com até 20 estudantes.

O curso está em processo de reconhecimento, sendo esse o trabalho desta comissão.

SÍNTESE DA AÇÃO PRELIMINAR À AVALIAÇÃO**Síntese da ação preliminar à avaliação:**

A Comissão de Avaliação, composta pelos professores Fabrício Ricardo Lazilha, coordenador, e Marco Antônio Pereira Araújo, ao receber o Ofício de Designação, acessou o portal do eMEC para efetuar uma primeira leitura sobre as informações pertinentes a avaliação, decidindo em conjunto a agenda de

Síntese da ação preliminar à avaliação:

visita e os procedimentos necessários.

Antes da visita in loco, a Comissão de Avaliação entrou em contato com a IES para se apresentar, informar a agenda da visita e solicitar a disponibilização de recursos e documentos necessários para fomentar os trabalhos. A IES providenciou uma sala com 2 microcomputadores conectados a Internet, privativa da comissão, impressora, materiais de expedientes e todo o documental existente na IES pertinente a avaliação.

No primeiro dia de avaliação, a comissão conversou com os dirigentes, com a coordenação de curso, com os professores e alunos do curso, com a CPA e visitou as instalações físicas, setoriais, laboratoriais e biblioteca. Nesse mesmo dia a comissão também analisou os documentos apresentados.

No segundo dia de avaliação, a comissão se dedicou a preencher o formulário eletrônico, discutindo os pontos duvidosos e chegando as conclusões de forma conjunta, e sempre quando necessário ouvia a coordenação de curso.

A IES apresentou o PDI referente ao período 2009 a 2013 . Esse PDI está condizente com a estrutura determinada pelo art. 16 do Decreto n.º 5.773/2006 e o seu conteúdo contempla todas as informações demandadas em cada item.

A IES apresentou 1 relatório de auto-avaliação, referente ao período 2009-2010. O relatório de autoavaliação foi elaborado segundo as orientações propostas pela CONAES e contemplaram as dez dimensões.

O curso avaliado é o Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de sistemas.

DOCENTES

Nome do Docente	Titulação	Regime Trabalho	Vínculo Empregatício	Tempo de vínculo ininterrupto do docente com o curso
ADILSON APARECIDO FLORENTINO	Especialização	Integral	Estatutário	48 Mês(es)
ALMIR FERNANDES	Doutorado	Integral	Estatutário	72 Mês(es)
AMARI GOULART	Mestrado	Integral	Estatutário	40 Mês(es)
ANDRE LUIZ DA SILVA	Mestrado	Integral	Estatutário	60 Mês(es)
CARLA CRISTINA FERNANDES SOUTO	Doutorado	Integral	Estatutário	24 Mês(es)
Carlos Frajuca	Doutorado	Integral	Estatutário	Mês(es)
Cesar Lopes Fernandes	Especialização	Parcial	Estatutário	72 Mês(es)

Nome do Docente	Titulação	Regime Trabalho	Vínculo Empregatício	Tempo de vínculo ininterrupto do docente com o curso
CLAUDETE DE OLIVEIRA ALVES	Mestrado	Integral	Estatutário	72 Mês(es)
Claudia Miyuki Werhmuller	Especialização	Integral	Estatutário	72 Mês(es)
Claudia Zago	Especialização	Integral	Estatutário	Mês(es)
ELISABETE VIEIRA CAMARA	Mestrado	Integral	Estatutário	48 Mês(es)
FERNANDO CARVALHO	Mestrado	Parcial	Estatutário	72 Mês(es)
IVAN FRANCOLIN MARTINEZ	Especialização	Integral	Estatutário	48 Mês(es)
JOAO VIANEI TAMANINI	Mestrado	Integral	Estatutário	48 Mês(es)
JOSE BRAZ DE ARAUJO	Mestrado	Integral	Estatutário	36 Mês(es)
JOSIMAR NUNES DE OLIVEIRA	Especialização	Integral	Estatutário	60 Mês(es)
MARCIO MANDELMAN	Especialização	Integral	Estatutário	48 Mês(es)
MARCO AURELIO GRANERO SANTOS	Mestrado	Integral	Estatutário	Mês(es)
MARCOS CRIVELARO	Doutorado	Integral	Estatutário	Mês(es)
PAULO ROBERTO BARBOSA	Doutorado	Integral	Estatutário	24 Mês(es)
RAGNAR ORLANDO HAMMASRSTROM	Especialização	Integral	Estatutário	72 Mês(es)
RENATO DE ARAUJO CRUZ	Doutorado	Integral	Estatutário	24 Mês(es)
RENATO FERNANDEZ	Especialização	Integral	Estatutário	72 Mês(es)

CATEGORIAS AVALIADAS

Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica

1.1. Categoria de análise: Projeto Pedagógico do Curso: aspectos gerais (Fontes de consulta: PPC25, PDI22, DCNs4, entre outros)

1.1.1. Contexto Educacional	3
1.1.2. Autoavaliação	3
1.1.3. Objetivos do Curso	3
1.1.4. Perfil profissional do egresso (imprescindível)	3
1.1.5. Número de Vagas	5

Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica

1.2. Categoria de análise: Projeto Pedagógico do Curso: formação (Fontes de consulta: PPC e DCNs)

1.2.1. Estrutura Curricular	3
1.2.2. Conteúdos Curriculares (imprescindível)	3
1.2.3. Metodologia	3
1.2.4. Atendimento ao discente	3

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO 1

1.1.1. Contexto Educacional

O PPC apresentado, faz uma avaliação do contexto regional com relação a demanda do setor produtivo, caracterizando a região como voltada a indústria e serviços. Como uma região voltada a indústria e serviços, fica caracterizada a necessidade de profissionais na área de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, essenciais para suprir a demanda regional.

1.1.2. Autoavaliação

Algumas ações acadêmico-administrativas foram implementadas ainda de forma incipiente, embora haja uma preocupação da IES e da coordenação na avaliação contínua do curso.

1.1.3. Objetivos do Curso

De acordo com o objetivo geral descrito no PPC, o mesmo está definido de forma suficiente, expressando os compromissos institucionais de formação tecnológica, bem como as demandas do setor produtivo da região.

1.1.4. Perfil profissional do egresso

Embora tenha sido cadastrado errado na base e-MEC, o perfil do egresso constante do PPC está suficientemente definido, condizente com o objetivo geral do curso e com as competências esperadas para um profissional da área de análise e desenvolvimento de sistemas.

1.1.5. Número de Vagas

O curso foi autorizado para funcionar com 80 vagas anuais, ofertadas nos períodos diurno e noturno com entradas semestrais (40 em cada semestre e em cada turno). O corpo docente apresentado e as condições de infraestrutura da IES são suficientes para tanto. A atual dimensão do corpo docente e a infraestrutura da IES tem dimensão plena para as disciplinas ofertadas.

1.2.1. Estrutura Curricular

A estrutura curricular apresentada no sistema, de forma geral contempla a flexibilidade, mas não existem disciplinas optativas. Há atualização com o mundo do trabalho e articulação da teoria com a prática também são contempladas de forma suficiente.

1.2.2. Conteúdos Curriculares

Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica

A matriz curricular proposta para o curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas possui coerência em relação às disciplinas oferecidas ao longo dos períodos, atendendo de forma suficiente ao desenvolvimento do perfil profissional, considerando as competências tecnológicas do egresso e cargas horárias.

1.2.3. Metodologia

A metodologia consiste em atividades práticas em laboratórios, aulas expositivas, palestras, atividades individuais e em grupos, atividades interdisciplinares, possibilitando de forma suficiente a articulação entre a teoria e a prática.

1.2.4. Atendimento ao discente

A IES dispõe de um setor de atendimento ao estudante que oferece de forma suficiente orientação psicopedagógica aos discentes e também desenvolve atividades de nivelamento.

Conceito da Dimensão 1

3

Dimensão 2: Corpo Docente

2.1. Administração Acadêmica (Fontes de consulta: PPC, PDI e demais documentos institucionais)

2.1.1. Composição do Núcleo Docente Estruturante - NDE 18	1
2.1.2. Titulação do NDE	1
2.1.3. Experiência profissional do NDE	1
2.1.4. Regime de Trabalho do NDE 18 (Considerar apenas as horas destinadas para as atividades da Mantida à qual pertence o curso)	1
2.1.5. Titulação, formação acadêmica e experiência do coordenador do curso	4
2.1.6. Regime de trabalho do coordenador do curso	5
2.1.7. Composição e funcionamento do colegiado de curso ou equivalente	4

2.2. Perfil dos Docentes (Fonte de consulta: PPC e documentação própria da IES)

2.2.1. Titulação do corpo docente (imprescindível)	3
2.2.2. Regime de trabalho do corpo docente (Considerar apenas as horas destinadas para as atividades da Mantida à qual pertence o curso)	5
2.2.3. Tempo de experiência de magistério superior ou experiência na educação profissional (considerar ensino técnico e tecnológico) (imprescindível)	5
2.2.4. Tempo de experiência profissional do corpo docente (fora do magistério)	5

2.3. Condições de trabalho (Fontes de consulta: PDI e Termos de Compromisso assinados pelos docentes com a IES)

2.3.1. Número de alunos por docente equivalente a tempo integral 19	5
---	---

Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica

2.3.2. Número de alunos por turma em disciplina 5 teórica	5
2.3.3. Número médio de disciplinas por docente	3
2.3.4. Pesquisa, produção científica 23 e tecnológica	2

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO 2

Conforme documentação apresentada (pastas dos professores) e reunião com a coordenação de curso foi possível constatar diversas alterações no corpo docente. Dos 34 docentes informados no e-MEC pela IES, 11 não mais fazem parte do quadro atual. No entanto, outros 17 passaram a compor o corpo docente, sendo 10 mestres, 1 doutor, 3 especialistas e 3 graduados. Foram considerados nesta avaliação apenas os docentes que restaram cadastrados no sistema.

2.1.1 Composição do Núcleo Docente Estruturante – NDE

Não foram encontrados documentos que comprovem a existência e atuação do NDE no curso avaliado. Há apenas o Colegiado de Curso.

2.1.2 Titulação do NDE

Não há NDE implantado no curso, apenas Colegiado.

2.1.3 Experiência Profissional do NDE

Não há NDE implantado no curso, apenas Colegiado.

2.1.4 Regime de Trabalho do NDE

Não há NDE implantado no curso, apenas Colegiado.

2.1.5 Titulação, formação acadêmica e experiência do coordenador do curso

A Coordenadora do Curso, Profª. Cláudia Miyuki Werhmuller possui pos-graduação lato sensu e experiência profissional, no magistério superior, na educação profissional e na gestão acadêmica, superior a 5 anos.

2.1.6 Regime de Trabalho do Coordenador de Curso

O coordenador do curso possui regime de trabalho em tempo integral (40 horas), onde dedica 30h para as atividades de coordenação. Nos últimos dois anos foram oferecidas 160 vagas, perfazendo a relação de 5,33 vagas por hora/coordenação.

2.1.7 Composição e funcionamento do colegiado de Curso ou equivalente

Foi possível constatar através de atas e entrevistas com os docentes e discentes sua existência e atuação de forma suficiente.

2.2.1 Titulação do Corpo Docente

O corpo docente é formado por 23 professores, sendo seis doutores (26,08%), sete mestres (30,43%) e dez especialistas (43,47%).

Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica

2.2.2 Regime de Trabalho do corpo docente

Dos 23 docentes do curso, apenas dois são contratados em regime de tempo parcial (8,7%). Os outros 21 (91,3%) são contratados em regime de tempo integral.

2.2.3 Tempo de experiência de magistério superior ou experiência na educação profissional

Através da análise dos documentos apresentados e da entrevista realizada com os docentes, constatou-se que 100% dos docentes possuem tempo de experiência de magistério superior ou na educação profissional superior somadas de, no mínimo, três anos.

2.2.4 Tempo de experiência profissional do corpo docente

Através de entrevista realizada e da análise de documentos (Carteira de Trabalho) foi possível constatar que 100% dos docentes possui experiência profissional superior a três anos.

2.3.1 Numero de alunos por docente equivalente a tempo integral

91,3% dos docentes do curso são contratados em regime de tempo integral com dedicação exclusiva ao curso avaliado.

2.3.2 Numero de alunos por turma em disciplina teórica

Em função do número de vagas ofertadas por processo seletivo, o número máximo de alunos por turma em disciplina teórica é de 40.

2.3.3 Número médio de disciplinas por docente

Segundo análise dos documentos o número médio de disciplinas por docentes é de 2,5.

2.3.4 Pesquisa, Produção Científica e Tecnológica

Segundo análise da documentação apresentada e das entrevistas realizadas percebeu-se que o desenvolvimento de pesquisa e inovação tecnológica com participação dos estudantes ocorre de forma incipiente, apesar da titulação e do grande numero de docentes em tempo integral.

Conceito da Dimensão 2

4

Dimensão 3: Instalações Físicas

3.1. Categoria de análise: Instalações Gerais (Fontes de consulta: Decreto 5.296/2004 e PDI)

3.1.1. Sala de professores e sala de reuniões	2
3.1.2. Gabinetes de trabalho para professores	2
3.1.3. Sala de aula	3
3.1.4. Acesso dos alunos a equipamentos de informática	4

Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica

3.1.5. Registros Acadêmicos	3
3.2. <u>Categoria de análise: Biblioteca (Fonte de consulta: PPC e PDI)</u>	
3.2.1. Livros da bibliografia básica	2
3.2.2. Livros da bibliografia complementar	2
3.2.3. Periódicos especializados, indexados e correntes 20 .	1
3.3. <u>Categoria de análise: Instalações e Laboratórios Específicos (Fonte de consulta: PDI, PPC, etc.)</u>	
3.3.1. Laboratórios especializados (imprescindível)	4
3.3.2. Infraestrutura e serviços dos laboratórios especializados	3

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO 3

As instalações físicas, em geral, atendem de forma suficiente os requisitos de dimensão, limpeza, ventilação, acústica, conservação e comodidade. Os sanitários estão bem localizados e em quantidade suficiente. Há 5 auditórios que acomodam em média 150 pessoas cada. Com relação à acessibilidade há na IES rampas de acesso, elevadores e sanitários de uso exclusivo para portadores de necessidades especiais. A IES disponibiliza acesso a internet sem fio aos alunos.

3.1.1. Sala de professores e sala de reuniões

A sala destinada a uso coletivo dos docentes está equipada com 6 computadores para uso compartilhado, alguns armários individuais, 1 mesa para reuniões, banheiro e uma pequena copa, atendendo de forma insuficiente aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade desenvolvida, considerando que 100% dos docentes são contratados em tempo integral e parcial e por não existir gabinetes de trabalho para estes docentes.

3.1.2. Gabinetes de trabalho para professores

A IES disponibiliza gabinetes de trabalho apenas para os coordenadores de curso.

3.1.3. Sala de aula

As salas de aula destinadas as aulas teóricas estão equipadas segundo a finalidade e atendem de forma suficiente aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta. Equipamentos multimídia podem ser disponibilizados para uso dos docentes mediante reserva.

3.1.4. Acesso dos alunos a equipamentos de informática

A IES possui 16 laboratórios de informática que possuem em média 15 computadores, todos conectados à internet, totalizando 240 computadores. A unidade possui atualmente 4500 alunos. Assim, a relação computador/discente é de 1 computador para cada 18,75 alunos.

Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica

3.1.5. Registros Acadêmicos

A IES utiliza um sistema próprio de gestão escolar. Os Registros Acadêmicos são realizados pelos docentes através deste sistema. Os discentes visualizam notas e faltas através de consulta via internet, atendendo de forma suficiente.

3.2. Biblioteca

A biblioteca possui 497 m2 e utiliza um sistema próprio para gestão do acervo. Há 18 mesas para estudo coletivo, 15 baias para estudo individual, 11 estações de trabalho com computador, ar condicionado, elevador para portadores de necessidades especiais, 3 terminais de consulta ao acervo e acesso à rede sem fio. Existe uma bibliotecária responsável e 2 auxiliares por turno de trabalho.

3.2.1. Livros da bibliografia básica

Há disciplinas no curso que não possuem o mínimo de 3 títulos indicados na bibliografia básica, além de não serem disponibilizados, em sua maioria, em quantidade suficiente considerando o número de alunos matriculados e também pelo fato de um mesmo título fazer parte da bibliografia básica de mais de uma disciplina. Os alunos também reportaram esta fragilidade no momento da reunião.

3.2.2. Livros da bibliografia complementar

Os títulos da bibliografia complementar atendem de forma insuficiente aos programas das disciplinas. O número de exemplares é incompatível com o número de alunos matriculados. Além disso, há títulos que são compartilhados em diversas disciplinas.

3.2.3. Periódicos especializados, indexados e correntes

A biblioteca não possui periódicos na forma impressa nem digital. Disponibiliza apenas acesso ao Portal da Capes nos terminais da IES.

3.3.1. Laboratórios especializados

O curso possui dez laboratórios disponíveis para desenvolvimento das competências específicas do curso, com 15 computadores cada, que atendem de forma suficiente as disciplinas específicas no curso.

3.3.2. Infraestrutura e serviços dos laboratórios especializados

A IES dispõe de 1 coordenadora dos laboratórios e mais 10 auxiliares responsáveis pela manutenção dos equipamentos e instalação dos softwares necessários. A relação aluno/posto de trabalho é suficiente considerando o número de alunos atualmente matriculados nas turmas atuais.

Conceito da Dimensão 3

3

REQUISITOS LEGAIS

4.1. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais Tecnológicas (Resolução CNE/CP nº 3/2002)

Sim

Critério de análise:

Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica

O PPC está coerente com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia?

A estrutura curricular do curso está coerente com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

O PPC atende a Portaria n. 1024/2006 e a Resolução CNE/CP n. 3 de 18/12/2002.

4.2. Denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia (Portaria Normativa nº 12/2006) Sim

Critério de análise:

A denominação do curso está adequada ao Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia?

A denominação do curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas está de acordo com a Portaria Normativa n.12/2006.

4.3. Carga horária mínima - Catálogo Nacional dos CST – (Portaria nº 1024/2006; Resolução CNE/CP nº 3, 18/12/2002) Sim

Critério de análise:

Desconsiderando a carga horária do estágio profissional supervisionado e do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, caso estes estejam previstos, o curso possui carga horária igual ou superior ao previsto no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia?

A carga horária do curso está de acordo com o previsto no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, desconsiderando a carga horária de estágio supervisionado. O curso não possui TCC.

4.4. Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida (Dec. 5.296/2004, com prazo de implantação das condições até dezembro de 2008) Sim

Critério de análise:

A IES apresenta condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida?

A IES apresenta boas condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

4.5. Disciplina optativa de Libras (Dec. Nº 5.626/2005) Não

Critério de análise:

O PPC prevê a inserção de Libras na estrutura curricular do curso como disciplina optativa?

O curso não prevê a disciplina de Libras como disciplina optativa, não estando em conformidade com o dec. 5626/2005.

DISPOSIÇÕES LEGAIS

Considerações finais da comissão de avaliadores e Conceito final da Avaliação:

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA COMISSÃO DE AVALIADORES

Esta comissão, tendo realizado as considerações sobre cada uma das três dimensões avaliadas e sobre os requisitos legais, todas integrantes deste relatório e, considerando também os referenciais de qualidade dispostos na legislação vigente (diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior e

Considerações finais da comissão de avaliadores e Conceito final da Avaliação:

este instrumento), atribuiu os seguintes conceitos por Dimensão:

DIMENSÃO / CONCEITO

Dimensão 1 (Organização Didático-Pedagógica) = 3

Dimensão 2 (Corpo docente) = 4

Dimensão 3 (Instalações Físicas) = 3

Em razão do acima exposto e considerando ainda os referenciais de qualidade dispostos na legislação vigente, nas diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior-CONAES e neste instrumento de avaliação o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do IFSP apresenta um perfil SATISFATÓRIO (média 3) em termos de condições gerais de qualidade, observando-se as anotações constantes nos campos do formulário eletrônico de avaliação.

CONCEITO FINAL

3